

Depreciação acelerada incentivará renovação no parque industrial

por Sérgio Garschagen
de Brasília

A depreciação acelerada de equipamentos industriais, inserida no "pacote" de medidas encaminhadas pelo governo à apreciação do Congresso Nacional, tem o objetivo de melhorar a produtividade das empresas nacionais nos próximos anos. A medida, segundo o secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), José Alves Castanheira, é parte da política de modernização industrial do País incentivada pelo MIC.

Há pelos menos cinco anos o CDI vem concedendo o benefício da depreciação acelerada a empresas brasileiras. Somente no setor cimenteiro, pelo menos trinta indústrias já foram beneficiadas após submeterem seus projetos ao conselho, embora ele exista também nos demais grupos setoriais do CDI. Há uma diferença básica, entretanto, entre o benefício do novo "pacote" do governo e o incentivo do CDI: o primeiro permite às empresas uma dedução de 20% ao ano no Imposto de Renda, enquanto o CDI concede 30% ao ano, explicou ainda o secretário do conselho, lembrando que a depreciação normal permitida é de 10% ao ano.

PRODUTIVIDADE

No Ministério da Indústria e do Comércio, o au-

mento da produtividade será assunto predominante no próximo ano. Outro órgão do ministério, a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), investirá Cr\$ 437 bilhões em um programa de qualidade industrial que contará com a participação de especialistas mundiais, como o vice-presidente da Korean Standard Association, Jung-Wan Cho, e o professor japonês Kaouru Ishikawa, da União Japonesa de Cientistas e de Ensino, para palestra sobre as experiências em seus respectivos países. O Japão desenvolve processo de qualidade há 36 anos e a Coreia há 15, segundo o responsável por este programa aqui no Brasil, o técnico José Eustáquio Moreira Leite, da STI.

O objetivo básico do MIC, ao melhorar a performance industrial do País, com os incentivos da depreciação acelerada e o programa, melhoria da produtividade, é permitir que produtos brasileiros obtenham qualidade e preços, itens básicos para aumentar a pauta de exportação e manter mercado externo. Moreira Leite lembrou que 15% das receitas com exportações são perdas devido à qualidade, segundo dados da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex). A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) já criou seu próprio grupo de qualidade para trabalhar em conjunto com os técnicos da STI. "Um programa de qualidade não tem retorno em menos de cinco anos", afirmou Moreira Leite a este jornal. Ele lembrou que no próximo dia 6 o tema será discutido em Manaus, com técnicos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema) e da Federação das Indústrias do Amazonas.